



94
141

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0197487-4

COMARCA: Recife

IMPETRANTE: Ednaldo Ferreira de Lucena Júnior

IMPETRADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

R
5509

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. 1. Rejeitada a preliminar de ausência de liquidez e certeza (ausência de prova preconstituída) tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente admitido o manejo da via mandamental para a garantia do fornecimento de medicamentos, sendo certo que a prova documental, em casos que tais, centra-se na apreciação do laudo médico que prescreve a medicação como adequada e necessária. 2. A obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 3. É patente a gravidade da doença que aflige o impetrante, pelo que o fornecimento dos medicamentos pleiteados é indispensável à efetividade dos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 4. Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 5. À unanimidade concedeu-se a segurança, *“em ordem a tornar definitiva a liminar concedida ‘initio litis’, para o fim de determinar à autoridade impetrada que assegure o fornecimento ao impetrante dos medicamentos Cetuximab (ERBITUX), nas dosagens de 400 mg/m² e 200 mg/m² (em sucessivo), por um período de 06 (seis) meses, nos termos do relatório médico em foco”*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0197487-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de ausência de liquidez e certeza, e, no mérito, em conceder a segurança, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de janeiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

82 e A.

142

MANDADO DE SEGURANÇA: 0197487-4

COMARCA: Recife

IMPETRANTE: Ednaldo Ferreira de Lucena Júnior

IMPETRADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **Mandado de Segurança**, com pedido de liminar, impetrado por **Ednaldo Ferreira de Lucena Júnior** contra o **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, consistente na negativa de fornecimento ao impetrante do medicamento Cetuximab (ERBITUX), nas dosagens de 400 mg/m² de ataque e 200 mg/m², por um período de 06 (seis) meses (fls. 23 e 25/26), necessários ao tratamento da sua doença.

Assevera a inicial que o impetrante é portador de câncer de cólon, apresentando metástases hepáticas, linfonodos na região paraaórtica e bifurcações nas ilíacas, conforme atestado no relatório médico em anexo (fls. 25), subscrito pelo Dr. Eriberto Marques Jr. (CRM 14.756).

Sustenta o impetrante a imprescindibilidade do referido medicamento, eis que *"nos casos de pacientes sem mutação do K-RAS, mostrou melhores respostas com ganho na sobrevida livre de progressão"*, nos termos dos relatórios médicos em anexo (fls. 23 e 25), subscritos, respectivamente, pela Dra. Danielli Matias (CRM 17.710) e pelo Dr. Eriberto Marques Jr. (CRM 14.756).

Nesse sentido, aduz ter formulado pedido administrativo, que restou indeferido (fls. 22 ou 24), já que a referida medicação *"não faz parte do Componente de Medicamentos de Dispensação Excepcional do Ministério da Saúde (...)"*.

Apona, ainda, como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 1º, III, 5º, *caput*, 6º, e 196 c/c o art. 5º, parágrafo único, II, da Constituição Estadual, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

Impetrado o writ, deferi o pedido liminar (fls. 38/41) *"em ordem a determinar ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco que forneça ao impetrante o medicamento Cetuximab (ERBITUX), nas dosagens de 400 mg/m² e 200 mg/m² (em sucessivo), por um período de 06 (seis) meses, nos termos do relatório médico em foco (fls. 23)"*.

Nas informações (fls. 53/65), argüi a autoridade impetrada: (i) a ausência de prova pré-constituída, eis que não restariam comprovadas nos autos a eficácia/utilidade do medicamento perquirido e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, razão pela qual inexistiria direito líquido e certo a ser amparado pelo *mandamus* em apreço; (ii) que o medicamento cujo fornecimento é pleiteado pelo impetrante não compõe a lista de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, elaborada com o fito de uniformizar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

83ack
143

procedimentos e preservar a legalidade, a economicidade e a eficiência; (iii) que toda e qualquer aquisição de medicamentos pelo poder público pressupõe a submissão ao regime jurídico administrativo e às diretrizes estabelecidas em lei, sob pena de flagrante agressão ao preceito constitucional da legalidade art. 37, *caput* e 197, da CF/88); (iv) que o impetrante postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º, da CF/88); (v) que o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo impetrante, ante o condicionamento orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de particularidades (reserva do possível), sob pena de inobservância ao princípio da igualdade; e (vi) que ante a ausência de previsão orçamentária, o fornecimento do medicamento perquirido traria manifestos prejuízos às ações já programadas de assistência à saúde da coletividade.

O Ministério Público com assento nesse Tribunal opinou (fls.72/75) pela concessão da segurança.

Ê o relatório.

Tendo em conta tratar-se de **Mandado de Segurança**, que dispensa a revisão, por força da diretriz contida no art. 17 da Lei Federal nº 1.533/51, determino a inclusão em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 07 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



89
144

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA: 0197487-4

COMARCA: Recife

IMPETRANTE: Ednaldo Ferreira de Lucena Júnior

IMPETRADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

**Preliminar de ausência de liquidez e certeza
(ausência de prova pré-constituída)**

De proêmio, assinalo que o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa.

Dai porque restou indeferida a solicitação do impetrante (fls. 22 e 24).

De outra parte, o Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente admitido o manejo da via mandamental para a garantia do fornecimento de medicamentos, sendo evidente que a prova documental, em casos que tais, centra-se na apreciação do laudo médico que prescreve a medicação como adequada e necessária.

Nessa linha:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO (INTERFERON BETA). PORTADORES DE ESCLEROSE MÚLTIPLA. DEVER DO ESTADO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE (CF, ARTS. 6º E 189). PRECEDENTES DO STJ E STF.

1. É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos o direito fundamental à saúde constitucionalmente previsto.

2. Eventual ausência do cumprimento de formalidade burocrática não pode obstaculizar o fornecimento de medicação indispensável à cura e/ou a minorar o sofrimento de portadores de moléstia grave que, além disso, não dispõem dos meios necessários ao custeio do tratamento.

3. Entendimento consagrado nesta Corte na esteira de orientação do Egrégio STF.

4. Recurso ordinário conhecido e provido."

(ROMS 11.129PR, Rel. Francisco Peçanha, 2ª Turma, unanimidade, DJ 18022002)

"RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. SUS. LEI N. 8.080/90

O v. acórdão proferido pelo egrégio Tribunal a quo decidiu a questão no âmbito infraconstitucional, notadamente à luz da Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

O Sistema Único de Saúde pressupõe a integralidade da assistência, de forma individual ou coletiva, para atender cada caso em todos os níveis de complexidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida da paciente, deverá ser ele fornecido.

Recurso especial provido. Decisão unânime."

(REsp 212.346RJ, Rel. Franciulli Netto, 2ª Turma, unânime, DJ 04022002)



99
145

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

"MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO. PORTADOR DE DOENÇA CRÔNICA INCURÁVEL. NECESSIDADE URGENTE DE MEDICAMENTO. DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Além do elevado sentido social da decisão, a concessão da segurança, para compelir o órgão competente a fornecer medicamento indispensável ao portador de moléstia crônica incurável, pela singularidade da situação, não viola a lei e se harmoniza com a jurisprudência sobre o tema." (REsp 194.678, Rel. Hélio Mosimann, 2ª Turma, DJ 14061999)

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. OBJETIVO: RECONHECIMENTO DO DIREITO DE OBTENÇÃO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS AO TRATAMENTO DE RETARDO MENTAL, HEMIATROPIA, EPILEPSIA, TRICOTILOMANIA E TRANSTORNO ORGÂNICO DA PERSONALIDADE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. RECURSO ORDINÁRIO. DIREITO À SAÚDE ASSEGURADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 6º E 196 DA CF). PROVIMENTO DO RECURSO E CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

I - É direito de todos e dever do Estado assegurar aos cidadãos a saúde, adotando políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e permitindo o acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (arts. 6º e 196 da CF).

II - Em obediência a tais princípios constitucionais, cumpre ao Estado, através do seu órgão competente, fornecer medicamentos indispensáveis ao tratamento de pessoa portadora de retardo mental, hemiatrofia, epilepsia, tricotilomania e transtorno orgânico da personalidade.

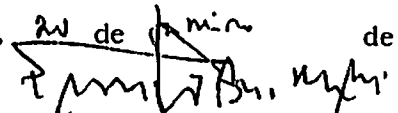
III - Recurso provido.

(ROMS 13.452MG, rel. Garcia Vieira, 1ª Turma, julgado 13082002, DJ 07102002)

A eficácia/utilidade do medicamento perquirido e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação dos laudos médicos acostados aos autos (fls. 23 e 25), os quais assinalam que "esta medicação, nos casos de pacientes sem mutação do K-RAS, mostrou melhores respostas com ganho na sobrevida livre de progressão", isto a satisfazer, segundo o entendimento jurisprudencial prevalecente, o requisito da prova pré-constituída.

Rejeito, pois, a preliminar em apreço.

Recife, 20 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

9/
146

MANDADO DE SEGURANÇA: 0197487-4

COMARCA: Recife

IMPETRANTE: Ednaldo Ferreira de Lucena Júnior

IMPETRADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO: MÉRITO

Como visto, pugna o impetrante pelo fornecimento, na forma prescrita pelos profissionais que o acompanham (fls. 23 e 25/26), do medicamento Cetuximab (ERBITUX), nas dosagens de 400 mg/m² e 200 mg/m² (em sucessivo), por um período de 06 (seis) meses.

Anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o impetrante, pelo que o fornecimento do medicamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

A jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono os arestos seguintes:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282STF E 211STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282STF e 211STJ.

2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.



92
147

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

"RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA.

1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna.

2. Configurada a necessidade da recorrida de ver atendida a sua pretensão posto legítima e constitucionalmente garantida, uma vez assegurado o direito à saúde e, em última instância, à vida. A saúde, como de sabença, é direito de todos e dever do Estado.

3. Proposta a ação objetivando a condenação dos entes públicos ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de insuficiência renal crônica, resta inequívoca a cumulação de pedidos posto umbilicalmente interligados o tratamento e o fornecimento de medicamento. É assente que os pedidos devem ser interpretados, como manifestações de vontade, de forma a tornar o processo efetivo, o acesso à justiça amplo e justa a composição da lide. Precedentes: REsp 625329 / RJ, Ministro LUIZ FUX, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 23.08.2004; REsp 735477 / RJ, Ministra ELIANA CALMON, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 26.09.2006; REsp 813957 / RJ, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 28.04.2006.

4. A decisão que ante a pretensão genérica do pedido defere tratamento com os medicamentos consecutórios, não incide no vício in procedendo do julgamento ultra ou extra petita.

5. Recurso especial desprovido." (REsp 863240/RJ, Relator Ministro Luiz Fux).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de



93
148

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQUENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes."

Ante o exposto, **concedo a segurança** em ordem a tornar **definitiva** a liminar concedida *initio litis*, para o fim de determinar à autoridade impetrada que assegure o fornecimento ao impetrante do medicamento Cetuximab (ERBITUX), nas dosagens de 400 mg/m² e 200 mg/m² (em sucessivo), por um período de 06 (seis) meses, nos termos dos relatórios médicos em foco (fls. 23 e 25/26).

Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF.

Recife, *20* de *junho* de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator